

# A teoria da emancipação de Karl Marx

*Rúrión Melo*

Professor de Teoria Política na UNIFESP  
e pesquisador do CEBRAP.

**Resumo:** O presente artigo pretende introduzir alguns dos principais problemas decorrentes da coexistência de duas concepções concorrentes de emancipação presentes na teoria de Karl Marx, a saber, a emancipação pensada como autoemancipação do proletariado, em que este assume um papel ativo e constitutivo no processo revolucionário, e a emancipação formulada a partir da determinação econômica presente na dinâmica do capitalismo, a qual geraria as pré-condições técnicas, sociais e também organizacionais para a emancipação proletária.

**Palavras-chave:** Marx, emancipação, crítica iminente, luta de classes

**Abstract:** The article intends to introduce some of the main problems that arise from the coexistence of two competing conceptions of emancipation in Marx's theory, namely, the self-emancipation of the proletariat through its active and constitutive role in the revolutionary process, and emancipation characterized by economic determination in present economic dynamics of capitalism, which would create the technical, social and organizational preconditions for proletarian emancipation.

**Key-words:** Karl Marx, emancipation, immanent critique, class struggle

Ao final do Prefácio para a terceira edição alemã de *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de Karl Marx, Friedrich Engels não deixou de reforçar que as análises políticas e a dinâmica da luta de classes apresentadas no texto em questão só poderiam ser corretamente compreendidas se as entendêssemos como parte da "grande lei do movimento da história" que foi descoberta unicamente por Marx. Pois "todas as lutas históricas", continua Engels, "são na verdade apenas expressão mais ou menos clara das lutas entre as classes sociais, e que a existência e, portanto, também as colisões destas classes são determinadas pelo grau de desenvolvimento de sua situação econômica".<sup>1</sup> Essa nota

---

1. Engels, F. "Vorrede [zur dritten Auflage (1885) 'Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte' von Karl Marx]". In: *Marx-Engels Werke*. Band 8. Berlin: Dietz Verlag, 1960, p. 562.

de Engels simplesmente explicita diversas outras passagens, presentes nos textos de Marx, em que os movimentos políticos emancipatórios de seu tempo são compreendidos necessariamente segundo a especificação histórica do capitalismo, vale dizer, a partir das *condições iminentes* de sua transformação revolucionária. O passo teórico mais relevante da atitude crítica inaugurada pelo materialismo histórico está longe de se limitar à denúncia da luta de classes, mas reside antes em poder articular *teoria e práxis* ao simultaneamente descrever o processo real da vida material que compõe a sociedade capitalista sem sujeitar a realidade a um ideal comunista posterior, a "um *estado* que deve ser implantado"; pelo contrário, Marx permitiu que a descrição das condições econômicas reais que constituem a sociedade civil submetida à forma capitalista já alimentasse o "movimento *efetivo* que supera o estado de coisas atual"<sup>2</sup>. Também compreendia que uma crítica social teoricamente bem fundamentada permitiria apontar para a possibilidade prática da negação histórica da própria sociedade capitalista.

A consideração de certas obras políticas e a recepção histórica dos movimentos proletários não parecem permitir que se rotule Marx meramente como um determinista econômico<sup>3</sup>. A conhecida afirmação do início do *Manifesto do partido comunista*, de acordo com a qual "a história de todas as sociedades até hoje é a história da luta de classes"<sup>4</sup>, estabelece no desenvolvimento da teoria de Marx um momento fundamental para a formulação de sua teoria da emancipação, a saber:

2. Engels, F./Marx, K. *Deutsche Ideologie*. In: *Marx-Engels Werke*. Band 3. Berlin: Dietz Verlag, 1990, p. 35.
3. Para alguns, esse determinismo decorreria do fato de Marx ter cedido demais às ciências positivas; para outros, a teoria da emancipação de Marx pressuporia uma filosofia da história ainda muito carregada de metafísica. Sobre essa diferença, ver Fleischer, H. *Marxismus und Geschichte*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1970, parte I. Esse mesmo problema foi exaustivamente tratado por autores da tradição do marxismo analítico, tais como Cohen, G. *Karl Marx's theory of history. A defence*. Princeton: Princeton University Press, 2000, e Elster, J. *Making sense of Marx*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985, parte II. Ruy Fausto defende um modo de apresentação da história mais complexo em que encontramos diferentes modelos com uma pluralidade de sentidos. Cf. Fausto, R. "A apresentação marxista da história: modelos". In: \_\_\_\_\_. *Marx: Lógica e política*. Tomo III. São Paulo: Ed. 34, 2002.
4. Engels, F./Marx, K. *Manifest der Kommunistischen Partei*. In: *Marx-Engels Werke*. Band 4. Berlin: Dietz Verlag, 1964, p. 462.

pensar a história da sociedade capitalista e, principalmente, sua transformação revolucionária a partir da capacidade de auto-organização do proletariado, de sua autodeterminação política e de seu papel ativo (sua *Selbsttätigkeit*, ou seja, sua autoatividade<sup>5</sup>) na história. A peculiaridade da concepção revolucionária defendida por Marx residiria "justamente na *Selbsttätigkeit* histórica do proletariado"<sup>6</sup>, vale dizer, no princípio de *autoemancipação* da classe trabalhadora<sup>7</sup>.

Mas a ênfase na luta de classes permite, de fato, encontrarmos na obra de Marx uma alternativa para o risco do economicismo? Uma vez que a lógica reprodutiva do capital constitui a luta de classes e o proletariado é posto pelo capital como um momento de seu processo de valorização, "em que base se pode argumentar", pergunta Jean Cohen, se "a autoconstituição desses agentes da produção em uma classe que se opõe ao capital pode ser algo a mais do que a afirmação subjetiva do próprio capital?"<sup>8</sup>. Já que as condições da atividade autônoma não podem ser fundamentadas em valores ou ideias transcen-

---

5. Cf. idem, p. 490.

6. Löwy, M. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Tradução de Anderson Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 216.

7. A noção de uma *atividade autônoma* permitiria criar uma tensão considerável entre necessidade e liberdade no âmago da crítica imanente na medida em que oferece um modelo teórico de explicação de processos emancipatórios que parece não depender das razões meramente estruturais do capital. Se os efeitos reificantes do sistema capitalista diagnosticados nas atividades dos trabalhadores podem ser pensados como a imposição necessária das leis do capital sobre a vontade dos indivíduos, a afirmação de uma ação livre e autônoma do proletariado implica mostrar que suas atividades não precisam ser determinadas pelos interesses de autovalorização do capital: a ação política de autodeterminação resultaria, conseqüentemente, na autoemancipação do proletariado diante da lógica de reprodução capitalista. O determinismo econômico, segundo essa concepção, não teria papel emancipatório constitutivo, uma vez que tal papel seria antes responsabilidade da autodeterminação política que a teoria da luta de classes poderia corroborar. Cf. Draper, H. *Karl Marx's theory of revolution I: The state and bureaucracy*. New York: Monthly Review Press, 2007, capítulo 10. Segundo Draper, esse princípio de autoemancipação encontraria sua formulação principal na terceira tese sobre Feuerbach. Cf. Marx, K. "Thesen über Feuerbach". In: *Marx-Engels Werke*. Band 3. Berlin: Dietz Verlag, 1990, p. 533-4.

8. Cohen, J. *Class and civil society: The limits of marxian critical theory*. University of Massachusetts Press, 1982, p. 163.

dentes, os parâmetros da crítica se configuram no interior do "reino da necessidade": dizer que a crítica é imanente significa fundar nos traços contraditórios da própria sociedade capitalista a possibilidade histórica de sua superação.

O intuito do presente artigo consiste em introduzir alguns dos principais problemas decorrentes da coexistência de duas concepções concorrentes de emancipação presentes na teoria de Marx<sup>9</sup>, a saber, a emancipação pensada como autoemancipação do proletariado, em que este assume um papel ativo e constitutivo no processo revolucionário, e a emancipação formulada a partir da determinação econômica presente na dinâmica do capitalismo, a qual geraria as pré-condições técnicas, sociais e também organizacionais para a emancipação proletária. Após circunscrever o problema da "crítica imanente" em Marx (I), apresentarei a ambivalência entre determinismo econômico e autodeterminação política, concentrando minha análise no conceito de trabalho e nos pressupostos de sua concepção de práxis social entendida como autoatividade produtiva (II). Em seguida, tratarei das condições emancipatórias que são analisadas entre estrutura categorial e ação social na formulação madura da crítica da economia política, sublinhando que sua teoria da emancipação se torna ainda mais dependente da perspectiva sistêmica voltada quase que exclusivamente às contradições e crises imanentes do modo de produção capitalista (III).

## I. Crítica imanente, capitalismo e emancipação

Constatar que o "motivo" da crítica imanente perpassa a totalidade da obra de Marx não implica assumir que sua realização foi igualmente adequada desde os textos de juventude até os de maturidade. Contudo, três elementos em jogo na fundamentação de sua teoria podem ser identificados esquematicamente tal como segue: a crítica do existente (1), a junção entre o fundamento da crítica com o potencial normativo intrínseco ao existente (2) e a vinculação entre crítica e contradição (ou crítica e crise) do existente (3).

(1) O modo encontrado por Marx para assegurar que sua teoria da emancipação possuía uma gênese social foi realizar uma crítica da

---

9. Sigo, aqui, principalmente Meyer, T. *Der Zwiespalt in der Marx'schen Emanzipationstheorie: Studie zur Rolle des proletarischen Subjekts*. Kronberg, 1973.

economia política. Parecia evidente que o olhar do crítico tivesse de se voltar para o capitalismo. Mas com qual intuito? Elaborar uma "crítica desmascaradora", pretensamente mais realista, do espaço categorial dos princípios que organizam a economia capitalista sem que para isso fosse necessário recorrer a algo transcendente ao próprio sistema<sup>10</sup>. Esse desmascaramento está endereçado à lógica de autovalorização do capital e à ideologia que procura legitimá-la: no primeiro caso, Marx denuncia a finalidade dessa lógica, baseada na capacidade do capital de valorizar-se cada vez mais e submeter a totalidade da sociedade ao seu interesse; no segundo caso, critica a pressuposição normativa de que efetivamente o capitalismo realiza todo o potencial racional das sociedades modernas (refletindo-se num modo de produção o mais desenvolvido e racionalizado e nas formas de organização política legítimas, tais como aquelas que, resultando da Revolução Francesa, consolidaram a República democrática).

Por essa razão, a crítica imanente precisa ser necessariamente uma crítica à legitimidade das normas vigentes que regulam a economia capitalista. Tais normas formam o conjunto dos ideais da sociedade burguesa firmados no direito à liberdade e à igualdade. No entanto, Marx não aborda tais ideais a partir da tradição jurídico-política, não aceita que as ordens normativas da sociedade política possam ser compreendidas recorrendo à história das ideias. Qual é a base material responsável pela gênese desses ideais e pela pretensão de legitimidade que carregam? Segundo a crítica marxista, são as relações de troca existentes no mercado que de fato sustentam e realizam tais ideais. Pois "liberdade e igualdade", afirma Marx nos *Grundrisse*, "não são apenas respeitadas no intercâmbio, que se apoia nos valores de troca, mas o intercâmbio dos valores de troca é a base produtiva e real de toda a *liberdade e igualdade*"<sup>11</sup>. Portanto, suas expressões idealizadas

---

10. Sobre a noção de "crítica desmascaradora", ver especialmente Lohmann, G. "Gesellschaftskritik und normativer Maßstab. Überlegungen zu Marx". In: Honneth, A./Jaeggi, U. (org.). *Arbeit, Handlung, Normativität*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1980, p. 237 e ss.. Para uma investigação abrangente sobre o conceito de "crítica" em Marx, cf. Hartmann, K. *Die Marxsche Theorie*. Berlin: Walter de Gruyter & Co, 1970. Sobre a gênese do conceito, ver ainda Röttgers, K. *Kritik und Praxis: Zur Geschichte der Kritikbegriffs Von Kant bis Marx*. Berlin: Walter de Gruyter & Co, 1975.

11. Marx, K. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*. In: *Marx-Engels Werke*, Band 42. Berlin: Dietz Verlag, 2005, p. 170.

nas relações jurídico-políticas nada mais são do que “essa base em outra potência”<sup>12</sup>. Por conseguinte, a crítica imanente à lógica do capital se torna a única via adequada para a crítica aos ideais normativos em voga<sup>13</sup>.

(2) Não basta ao procedimento da crítica imanente desmascarar o existente. Somos forçados a também retirar do movimento real da sociedade os critérios normativos da crítica. Nesse sentido, Marx tentou ser capaz de trazer à tona, sem misticismo, o “cerne racional” do capitalismo<sup>14</sup>. Por apontar a saída da humanidade de seu estado de dependência e *escassez*, o potencial emancipatório do capitalismo residiria, *grosso modo*, na universalização das relações baseadas na troca e no desenvolvimento das forças produtivas. Ao romper com os entraves à expansão das necessidades, da produção e das capacidades de autorrealização, o capitalismo criaria as condições para a *satisfação universal das necessidades*, ainda que sua plena realização se encontrasse bloqueada sob as relações de produção capitalista. O capitalismo, portanto, possuiria um “potencial normativo que seria a base para toda a futura sociabilidade socialista”<sup>15</sup>.

(3) Há ainda um terceiro elemento fundamental com o qual a crítica imanente precisa ser capaz de contribuir. Nos dois elementos anteriores, em que se estabelece a junção entre crítica do existente e potencial normativo, vemos representadas aquelas condições que o capitalismo promete realizar, porém não pode cumpri-las segundo as determinações de seu modo de produção. Para que tais condições possam ser efetivamente realizadas, é necessária uma *revolução social* do modo de produção capitalista. Esse processo revolucionário não depende apenas da luta política do proletariado organizado. Em sua crítica da economia política, Marx descreve a lógica de funcionamen-

---

12. Idem, *ibidem*.

13. “O valor de troca, ou antes, o sistema do dinheiro, é de fato o sistema da igualdade e da liberdade, e o que se lhes opõe de modo perturbador no desenvolvimento do sistema são os distúrbios imanentes ao próprio sistema, isto é, a efetivação da *liberdade e da igualdade* que se legitimam como desigualdade e privação de liberdade”. Idem, p. 174.

14. Cf. Marx, K. *Das Kapital*. Vol. 1. In: *Marx-Engels Werke*. Band 23. Berlin: Dietz Verlag, 1962, p. 27.

15. Benhabib, S. *Critique, norm and utopia: A study of the foundations of Critical Theory*. New York: Columbia University Press, 1986, p. 121.

to do capital para com isso apontar as contradições inerentes ao sistema capitalista. A compreensão do existente, segundo a análise imanente apresentada por Marx, é "simultaneamente a compreensão de sua negação, de seu necessário soterramento"<sup>16</sup>. *O capital*, por exemplo, diagnostica explicitamente "o movimento contraditório da sociedade capitalista" que levaria a uma "crise geral"<sup>17</sup>. É por essa razão que a teoria precisa compreender a realidade da forma mais adequada antes de ser possível a transformação das relações existentes. Pois, sem tal compreensão adequada, não seria possível uma análise do existente que apontasse as condições imanentes de sua transformação. Isso significa que apenas uma compreensão dos mecanismos internos e da lógica do próprio capitalismo tornaria viável a transição para o socialismo – o que equivale a dizer que a emancipação depende radicalmente de um diagnóstico adequado do capitalismo.

Marx insiste, portanto, que sua crítica não se orienta por algum ideal de sociedade comunista, mas sim que a sociedade comunista emerge do próprio desenvolvimento da sociedade capitalista. Nesse sentido, o capitalismo seria um pressuposto fundamental para a teoria da emancipação de Marx, porque a possibilidade de desenvolvimento em direção ao comunismo depende então de um desenvolvimento precedente do capitalismo. O comunismo seria sim uma *superação* do capitalismo, mas só poderia se realizar com base naquilo que a própria economia capitalista criou e na medida em que *conserva* dela algo de positivo. "Se não encontrássemos ocultas na sociedade, tal como existe, as condições materiais de produção e de suas respectivas relações de troca para uma sociedade sem classes", comenta Marx, "todas as tentativas de criá-las seriam quixotescas"<sup>18</sup>. Desde a *Ideologia alemã*, mas também em *O capital* e, principalmente, nos *Grundrisse*, as transformações dependem de maneira fundamental das implicações intrínsecas ao paradigma produtivista, seja ao realizar o cerne racional do capitalismo, com o progressivo avanço das forças produtivas, ou para compreendermos as leis que levariam o capitalismo à crise. Esse progressivo avanço permite gerar simultaneamente o mais alto desenvolvimento das forças produtivas e uma exaustão dos poderes vitais da economia capitalista a ponto de implodi-la. A contradição do capital,

---

16. Marx, K. *Das Kapital*. Vol. 1, p. 28.

17. Idem, *ibidem*.

18. Marx, K. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, p. 93.

na medida em que sua racionalização crescente produziria efeitos irracionais para sua própria lógica de valorização, levaria a “explosões, cataclismos, crises”, ou seja, a uma “violenta derrocada”<sup>19</sup>. Porém, esta derrocada não poderia consistir em obstáculo ao processo produtivo enquanto tal, conservando ainda o potencial das forças produtivas para a superação da escassez e satisfação universal das necessidades, por um lado, e para a emancipação da atividade heterônoma do trabalho liberta do fetiche do capital, por outro lado. Estão postas, assim, as condições, na teoria crítica de Marx, para que coubesse ao trabalho e ao desenvolvimento das forças produtivas um papel fundamentalmente emancipatório.

## II. Práxis como trabalho e o paradigma produtivista

Qual seriam as consequências das exigências de fundamentação da crítica imanente para a relação entre teoria e práxis? Objetivamente, o conceito de práxis, de Marx, está relacionado às condições socioeconômicas que levam à emancipação social; subjetivamente, é uma autotransformação que o proletariado realiza pela descoberta de sua posição nas condições objetivas do sistema. O proletariado organizado – ou seja, aquele que orienta corretamente sua ação política – é aquele que se prepara de acordo com as condições existentes para sua autoemancipação. E seria possível uma tal organização sem uma adequada compreensão da economia capitalista? Mais do que isso. O próprio capitalismo cria objetiva e subjetivamente as condições para a transformação prática. Considerando que não existiriam “atalhos” que nos levassem à sociedade emancipada senão passando pelo modo de produção capitalista, então a orientação correta da ação dependeria fundamentalmente do contexto socioeconômico de seu surgimento. A práxis seria assim uma ação determinada que retira seu potencial emancipatório do fato de acompanhar o desenvolvimento da lógica de produção capitalista.

Pelo menos esse seria o esquema “dialético” operando na explicação histórico-materialista, a partir de 1845, quando Marx é explícito ao caracterizar o comunismo não apenas como uma instituição “essencialmente econômica”, mas ao considerar que as condições vigentes – que compõem também o modo de produção capitalista – são

---

19. Idem, p. 643.

igualmente as "condições para a associação"<sup>20</sup>. Em a *Ideologia alemã*, cada contradição inerente a determinado modo de produção cria assim as condições para seu desenvolvimento histórico. Isso vale da escravidão para o feudalismo, deste para o capitalismo e, finalmente, do modo de produção capitalista para o comunismo. "É como essas condições correspondem, em cada fase, ao desenvolvimento simultâneo das forças produtivas", de acordo com Marx, "resulta que a história é, por seu turno, a história das forças de produção em desenvolvimento e herdadas por toda nova geração e, por consequência, a história do desenvolvimento das forças dos próprios indivíduos"<sup>21</sup>. Mas Marx ainda não pressupõe que a transformação em direção ao comunismo só poderia ocorrer mediante um movimento prático, uma revolução? Aqui, o problema consiste em como entender "a força dos próprios indivíduos" intervindo na história, pois a forma fundamental da atividade dos indivíduos é "a forma material, da qual dependem todas as demais: a espiritual, a política, a religiosa etc."<sup>22</sup>.

Apesar da enorme importância que o conceito de produção passa a adquirir em 1845, eu gostaria de ressaltar um aspecto específico dessa solução "materialista" proposta por Marx. A ação de produzir, assim como aquilo que é produzido, não possui um estatuto ontológico diferenciado porque está meramente ligado à materialidade das coisas. Se fosse apenas isso, não se completaria a tentativa de Marx de "se afastar" da filosofia e, conseqüentemente, do materialismo de Feuerbach<sup>23</sup>. O que distingue a solução de Marx de outras abordagens materialistas apresentadas pelos jovens hegelianos é a insistência em entender a efetividade como ação, como *práxis*. Mas não uma ação meramente abstrata como pensaram os idealistas. Materialismo, para Marx, não diz respeito à sensualidade objetiva, mas à atividade humana. Este é o ponto que parece unificar as conhecidas "Teses sobre Feuerbach": "O principal defeito de todo o materialismo até aqui (o de Feuerbach incluído) consiste no fato de que a coisa – a realidade, a sensualidade – apenas é compreendida sob a forma do *objeto ou da*

---

20. Engels, F./Marx, K. *Deutsche Ideologie*, p. 71.

21. Idem, p. 72.

22. Idem, p. 71.

23. Cf. Brudney, D. *Marx's attempt to leave philosophy*. Cambridge/London: Harvard University Press, 1998, Introdução.

*contemplação*; mas não na condição de *atividade humana sensível, de práxis*<sup>24</sup>. A diferença entre as "Teses sobre Feuerbach" e a *Ideologia alemã* consiste no fato de o paradigma produtivista reforçar justamente a junção da efetiva *atividade* humana com o *trabalho*. Naquelas, Marx contrapõe ao materialismo de Feuerbach e ao idealismo hegeliano a "atividade humana" e já relaciona esta a um tipo de práxis "revolucionária", "prático-crítica".

Temos de atentar para o estatuto dessa concepção de ação e atividade em a *Ideologia alemã*. Pois mesmo a ação de natureza política passa a ser considerada ilusória quando a referência é o materialismo histórico. A "ilusão política", que se apresenta tradicionalmente como "história das ideias", também compartilha a falácia de ser, no pior dos casos, expressão do pensamento puro. A ação política não é, portanto, uma ação efetiva, mas apenas um ideal de atividade autônoma denunciado por Marx em sua crítica da ideologia. A política, o direito e o Estado precisam antes de uma explicação *histórica* baseada na ação e nas condições materiais de vida dos indivíduos *reais*. O quadro referencial do materialismo histórico fará com que todas as relações sociais, culturais e políticas passem a ser determinadas como relações de produção, cristalizando o vínculo entre estrutura social e produção<sup>25</sup>. Ou seja, a atividade humana considerada na perspectiva histórica, além de ser prática, precisa também ser uma atividade *produtiva*<sup>26</sup>.

---

24. Marx, K. "Thesen über Feuerbach", p. 5.

25. "Determinados indivíduos", lê-se em a *Ideologia alemã*, "que são ativamente produtivos de determinado modo, assumem essas determinadas relações sociais e políticas (...). A estrutura social e o Estado surgem constantemente do processo de vida de determinados indivíduos; mas desses indivíduos não como podem aparecer ante a representação própria ou alheia, mas como *efetivamente* são, ou seja, como atuam, como produzem materialmente, portanto, como são ativos sob determinados limites, pressupostos e condições materiais independentes de seu arbítrio". Engels, F./Marx, K. *Deutsche Ideologie*, p. 25.

26. Fica evidente agora que sua teoria da emancipação pretende estar ancorada nos processos produtivos históricos para assegurar sua fundamentação imanente, isto é, "científica". É verdade que há uma grande diferença entre essa solução de 1845 e aquelas que serão formuladas nas décadas de 1850 e 1860: a crítica imanente não será estabelecida segundo a lógica categorial e de acordo com as contradições internas do sistema, mas em razão da história e da maneira com que também a atividade dos indivíduos se realiza histórica-

O que entender então por práxis *emancipatória* no contexto do materialismo histórico? Não seria apenas aquela ação correspondente aos instrumentos materiais de produção? Diversas passagens remetem à interpretação do trabalho como "atividade autônoma". "Chegou enfim", afirma Marx, "o momento em que os indivíduos devem se apropriar da totalidade das forças produtivas existentes a fim de atingirem a autoatividade (...) A apropriação dessas forças não é mais do que o desenvolvimento das capacidades individuais que correspondem aos instrumentos materiais de produção. (...) Só nesse nível a autoatividade coincide com a vida material, o que corresponde ao desenvolvimento dos indivíduos totalizados e à eliminação de todo crescimento natural"<sup>27</sup>. Mesmo a "eliminação do trabalho" – trabalho heterônomo realizado sob condições ainda limitadas nas formações capitalistas – corresponde também ao momento de "transformação do trabalho em atividade autônoma"<sup>28</sup>. Ora, se há também uma preocupação com as condições emancipatórias inscritas na história, e se não é possível fundamentar uma crítica imanente aos processos históricos senão por meio de um modelo de ação baseado no trabalho, isto é, na atividade produtiva, como entender então a práxis revolucionária sem submetê-la ao paradigma produtivista? A crítica no livro de 1845 não consiste em mostrar que as relações políticas (que são relações sociais de classe) se formam e se constituem no interior da própria esfera da produção? Não há qualquer recurso de Marx em justificar normativamente uma ação humana sem que a produção seja de fato o elemento constitutivo. Diferentemente de Feuerbach, a "essência humana" não é uma abstração inerente aos indivíduos. Como lembra a sexta tese, "em sua realidade ela é o conjunto das relações sociais"<sup>29</sup>. E o que seria esse

---

mente. História e atividade produtiva são cooriginárias, não havendo nada mais concreto para se adotar como ponto de partida metodológico de uma teoria social crítica. O método de Marx parte assim "das condições reais e não as perde de vista nem mesmo por um momento que seja". Idem, p. 27. Trata-se de um "processo de desenvolvimento real e empiricamente registrável [...] Ali onde termina a especulação, quer dizer, na vida real, começa também a ciência real e positiva, portanto, a representação da ação prática, do processo prático de desenvolvimento dos homens". Idem, *ibidem*.

27. Idem, p. 67-8.

28. Idem, p. 68.

29. Marx, K. "Thesen über Feuerbach", p. 6.

"conjunto" senão a base da forma social do paradigma da produção – as relações sociais de produção?

Antes de o desenvolvimento das forças produtivas estabelecer os parâmetros para sua própria transformação, o capitalismo aparece como algo *progressivo*. E onde residiria seu potencial emancipatório? Seu desenvolvimento é pensado para além da mera aplicação ao trabalho humano *direto*, desdobrando-se antes na aplicação racional e mecânica dos princípios da técnica e da ciência para a satisfação universal das necessidades. Além do mais, a racionalização do trabalho e a respectiva mecanização da atividade produtiva acabam reduzindo o dispêndio da força humana de trabalho a um mínimo. Isso beneficiará as condições emancipatórias ligadas ao trabalho. O "reino da liberdade" é concebido, assim, a partir do desenvolvimento das forças produtivas, o qual "provê o ímpeto e a base para o desenvolvimento do potencial criativo de todas as subjetividades e a reunificação da autoatividade com o trabalho"<sup>30</sup>. E assim, cada vez mais nos textos de Marx, "a emancipação depende da completa mecanização das forças produtivas"<sup>31</sup>. Em *Ideologia alemã*, esse potencial criativo das capacidades individuais não deixa de corresponder diretamente aos instrumentos materiais de produção. "A apropriação de uma totalidade de instrumentos de produção", afirma Marx, "é, de *per se*, conseqüentemente, o desenvolvimento de uma totalidade de capacidades nos próprios indivíduos (...). Apenas os proletários da época atual, totalmente excluídos do exercício de sua própria atividade, acham-se em condições de fazer valer sua própria atividade, íntegra e não limitada, que consiste na apropriação de uma totalidade de forças de produção e no conseqüente desenvolvimento de uma totalidade de capacidades"<sup>32</sup>.

Ora, considerando que a interpretação de Marx para o conjunto das atividades produtivas inevitavelmente totaliza a imagem de uma sociedade do trabalho, também a ação política independente (bem como cultural, etc.) conta desde o início com a cristalização do referencial produtivista. Não é por acaso que a interação social tem de ser compreendida como relações sociais *de produção*, assim como todas as diferenciações das atividades sociais pretensamente reais foram condensadas

---

30. Rundell, J. *Origins of modernity: The origins of modern social theory from Kant to Hegel to Marx*. Cambridge: Polity Press, 1987, p. 120.

31. Idem, *ibidem*.

32. Engels, F./Marx, K. *Deutsche Ideologie*, p. 68.

no conceito de *divisão do trabalho*. Este conceito denota a capacidade humana de diferenciar sua atividade laboral e produzir um complexo de instituições reprodutivas socialmente funcionais. Por essa razão, a noção de trabalho possui aspectos objetivos e subjetivos que estão vinculados funcionalmente no conceito de divisão do trabalho<sup>33</sup>. O conceito indica a complexidade com que a autorreprodução social é implementada por meio de uma multiplicação de forças produtivas e de formas de cooperação. Trata-se de descrever assim a base funcional da sociedade *em seu todo*, a qual foi priorizada nos modos de produção.

Os processos realmente existentes, para os quais se volta o materialismo histórico, formam uma noção de totalidade social compreendida por Marx como um sistema de relações sociais em transformação, ou seja, atividades humanas primárias interconectadas, objetivadas e institucionalizadas. É por isso que Marx não se detém apenas na categoria "antropológica" do trabalho como modelo privilegiado para descrever as ações humanas, uma vez que, lançando mão do paradigma produtivista como pano de fundo da interpretação dos processos sociais efetivos, *a própria produção se torna totalidade*. Essa totalidade resulta justamente daquela junção antes aludida entre uma compreensão objetiva dos processos históricos e um resquício antropológico que ainda força Marx a dar conta da origem da atividade humana produtiva. E as conexões entre essa antropologia materialista e o interesse prático-emancipatório dependem também da totalidade funcional e de suas práticas (contraditórias) de dominação. Pois todas as formas de dominação – que mobilizam à luta emancipatória entre as classes e à restituição da autonomia – originam-se do interior da esfera da produção.

Essa visão sistêmica total só é possível se ligamos o conflito de classe ao paradigma produtivista. De um lado, é justamente a contradição estrutural entre forças produtivas e relações de produção – contradição primordial que foi generalizada segundo a totalidade da vida produtiva – que permite retirar transformações positivas. De outro lado, no entanto, a noção de classe operada no materialismo histórico parece *reduzir o problema da práxis política à autorrealização entendida como atividade produtiva*. Porque o trabalho é considerado a mais concreta

---

33. Cf. Lange, E. M. *Das Prinzip Arbeit*. Frankfurt/M: Ullstein, 1980; e Albers, F.-J. *Zum Begriff des Produzierens im Denken Von Karl Marx*. Mesenheim AM Glan: Anton Hain, 1975.

forma de objetivação – e se o complementarmos com a noção de totalidade sistêmica que emerge do paradigma produtivista – Marx pode compreendê-lo também como a forma mais abstrata sob as quais são geradas todas as outras categorias: nos dois casos, está em jogo a *reconstituição do trabalho como atividade autônoma*.

É preciso sublinhar que o recurso teórico à categoria de produção permite ir além daquela solução encontrada nos *Manuscritos* de 1844. Trata-se de se preocupar com os aspectos constitutivos das estruturas sociais objetivas. Essa preocupação desloca noções abstratas como a de ser genérico, utilizada anteriormente por Marx, para os modos de produção e seus períodos dados economicamente, da totalidade do gênero para a totalização que emerge do processo histórico, abrindo a possibilidade de pensar o trabalho não mais como a objetivação de um sujeito constituinte, mas sim a partir de processos sociais objetivamente estruturados<sup>34</sup>. Com isso, determinismo econômico e auto-determinação política se confundem quando a explicação histórica mistura um tipo de modelo evolutivo do desenvolvimento das forças produtivas com a teoria revolucionária da luta de classes. Ou seja, práxis revolucionária e dinâmica histórica se confundem no papel do proletariado como personificação do progresso produtivo. A teoria do materialismo histórico pagará um alto preço ao identificar assim a

---

34. Antes de chegar à categoria do "valor" em *O capital*, e para que pudesse se vincular aos diferentes modos de produção sem perder a unidade dialética dos processos históricos, a categoria de produção utilizada na *Ideologia alemã* ou nos *Grundrisse* só pôde ser concebida por Marx como uma categoria universal porque se apresentou como fruto de uma abstração racional. Ou seja, ainda que a produção pudesse permanecer de algum modo como uma atividade constitutiva dos diferentes sistemas produtivos da história, sua generalização categorial não resultou senão de um experimento mental empreendido teoricamente. Cf. Marx, K. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, p. 20-1. "A categoria de produção", comenta J. A. Giannotti, "é destarte uma abstração filosófica cujos componentes são da mesma ordem das protocondições históricas da história, consiste num mero recurso do intelecto para salientar os traços comuns dos vários sistemas produtivos a fim de evitar repetições e, sobretudo, a fim de sublinhar diferenças essenciais". Giannotti, J. A. *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966, p. 192. Cf. também Melo, R. "Crítica e contradição: Qual herança marxista?". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 90, 2011.

autoatividade dos indivíduos e das classes com o próprio desenvolvimento das forças produtivas.

### III. Crise do capital: A contradição como crítica

A explicação do materialismo histórico guarda muitas semelhanças com teses da crítica da economia política madura de Marx. O enfoque da teoria no desenvolvimento das forças produtivas é reencontrado nos textos posteriores, ainda que a justificação teórica dos textos do Marx maduro seja particularmente mais complexa e consistente. Uma das grandes novidades de *O capital* foi apresentar a distinção entre "gênese lógica" e "gênese histórica" para superar o referencial da teoria do materialismo histórico<sup>35</sup>. Afinal, não é toda a história que resguarda em cada sistema produtivo uma categoria *geral* de produção que, por um processo de abstração mental, poderia ser pensada como um traço comum a se manter nas formas produtivas mais antigas ou mais modernas. Na verdade, é a dialética específica do modo de produção *capitalista* — em que se definem processos de produção, distribuição e troca de mercadorias — que permite uma reconstrução genética de categorias abstratas essenciais que constituem as atividades produtivas concretas. Já na formulação dos *Grundrisse*, por sua vez, o desenvolvimento técnico e científico continha um papel claramente emancipatório. Marx visa neste texto a abolição do trabalho direto dos trabalhadores e a emancipação da sociedade da tirania do tempo de trabalho. Essa emancipação deriva das possibilidades objetivas inerentes às formas mais avançadas da estrutura capitalista de trabalho. A junção entre desenvolvimento lógico e avanço tecnológico representará a possibilidade imanente de transformação social, corroborando a tese comum de Marx de que "o capital trabalha para sua própria dissolução como a forma dominante de produção"<sup>36</sup>.

O tempo de trabalho é posto pelo capital como o elemento mais fundamental na criação do valor. Porém, segundo uma das teses centrais dos *Grundrisse*, com base na aplicação da ciência e da técnica às forças produtivas, os potenciais do desenvolvimento industrial das maquinarias permitiriam substituir o trabalho direto por uma combinação de máquinas e supervisão altamente qualificado do processo de produção. Por essa razão, o tempo de trabalho viria a ser

35. Cf. Giannotti, J. A. *Origens da dialética do trabalho*, p. 193 e ss.

36. Marx, K. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*, p. 596.

radicalmente reduzido: "Aqui o capital – de maneira absolutamente não intencional – reduz o trabalho humano, o dispêndio de energia, a um mínimo. Isso beneficiará o trabalho emancipado e é a condição de sua emancipação"<sup>37</sup>. A emancipação resulta de uma contradição que não pode ser senão engendrada no processo de produção determinado pelo próprio capital. "O próprio capital", lê-se nos *Grundrisse*, "é a contradição em processo, na medida em que pressiona para reduzir o tempo de trabalho a um mínimo, enquanto, por outro lado, põe o tempo de trabalho como única medida e fonte da riqueza"<sup>38</sup>. Essa mesma fórmula pode ser pensada segundo o trabalho, pois ao não mais fazer com que o trabalho direto seja a única fonte da riqueza, também o tempo de trabalho deixa de ser essa medida.

Mas em que base as possibilidades objetivas do desenvolvimento da produção com a maquinaria pode levar realmente à práxis revolucionária? Como a maquinaria ajuda na orientação da autodeterminação política? Marx teria de apresentar também nos *Grundrisse* que esse desenvolvimento pode sim mobilizar o proletariado para a ação. Mas nada explícito em relação a tal mobilização pode ser destacado nesse livro. Vemos ali apenas que "as condições materiais e espirituais da negação do trabalho assalariado e do capital (...) são propriamente resultado de seu processo produtivo"<sup>39</sup>. Somente por meio da análise do desenvolvimento da estrutura do trabalho no capitalismo, apresentada em *O capital*, Marx demonstrará a possível emergência no proletariado de carências radicais necessárias para motivar a classe a lutar contra o capitalismo. Somente então a crítica das contradições iminentes das formas capitalistas impostas ao processo de trabalho e as possibilidades objetivas desenvolvidas pelo capital serão cientificamente apresentadas.

Há em *O capital* uma crítica "científica" das contradições iminentes da forma capitalista e das possibilidades objetivas desenvolvidas pelo capital. Marx está interessado em compreender a natureza contraditória e sujeita a crises da totalidade social. No entanto, o grande paradoxo da crítica madura da economia política consiste em sua riqueza científica ter como consequência uma possível redução do paradigma da ação social à lógica (e às contradições) da economia capi-

---

37. Idem, p. 598.

38. Idem, p. 601.

39. Idem, p. 642.

talista. E isso ficaria ainda mais evidente em *O capital*. A interação política perderia sua dinâmica própria, pois haveria uma dedução de uma lógica da luta de classes a partir da lógica de reprodução capitalista e de suas contradições imanentes. Ao afirmar que "o desenvolvimento histórico das contradições de uma forma de produção existente é a única via histórica de sua dissolução e de uma nova configuração"<sup>40</sup>, Marx dificilmente consegue evitar que tais crises e contradições passem assim a ditar a dinâmica da constituição da classe e da transformação histórica.

Não é possível analisar a questão da emancipação em *O capital* sem que tenhamos de nos defrontar com uma provável teoria da crise (ou das crises) do capitalismo, muitas vezes entendida como teoria do colapso. Quando se trata da análise categorial, provavelmente nada foi tão brilhante na teoria madura de Marx do que a exposição apresentada em *O capital*. Entretanto, parece muito difícil defender Marx do interior desse quadro expositivo contra as denúncias feitas a um determinismo econômico implícito. Em muitas passagens vemos consequências revolucionárias resultarem necessariamente do desenvolvimento produtivo que acompanha a universalização da maquinaria e da industrialização. "Com as condições materiais e com a combinação social do processo produtivo", afirma Marx, essa universalização permite "amadurecer as contradições e antagonismos de sua forma capitalista, e com isso simultaneamente os elementos formadores de uma nova sociedade e os momentos revolucionários da antiga sociedade"<sup>41</sup>. Porém, as contradições que resultam de processos históricos importam porque impedem o desdobramento lógico do capital. Em todos os casos, é preciso entender como, ao realizar-se de acordo com sua lógica de acumulação, o capital encontra dificuldades para continuar se valorizando. Mas não temos interferências exógenas no sistema, vale dizer, não é uma lógica da política que poderá interromper objetivamente a reprodução do capital. A possibilidade objetiva de dissolução do capital está nas leis de movimento do próprio capitalismo.

O capital, para existir enquanto tal, precisa se valorizar constantemente. A teoria do valor-trabalho explica como isso é possível. Se o valor igual das mercadorias advém do trabalho social cristalizado nelas, se o fundamento do valor é o trabalho humano abstrato, todas

---

40. Marx, K. *Das Kapital*. Vol. I., p. 512 (o grifo é nosso).

41. Idem, p. 526.

as atividades práticas ligadas tanto ao processo produtivo como também à circulação são efetivados segundo esse interesse do capital de se valorizar. O valor é a medida das relações sociais e por isso toda a sociabilidade capitalista está subordinada ao interesse de autovalorização do capital. Logo, se pudermos compreender o *valor* como medida de todos esse processos, e se tais processos não possuem um movimento contingente, mas sim realizam necessariamente as determinações da acumulação, apenas a *negação do valor como medida* pode interromper a existência do capitalismo. Como podemos então atingir essa lógica do capital senão a partir de algo imanente ao movimento do sistema? Para tanto, o valor não teria de perder sua função como medida das relações sociais? Se a existência do capital se dá pela medida do valor, então a crise do capital representa sempre uma *desmedida*. Mas qual é seu estatuto?

Grande parte das vezes que Marx se refere à crise do capital em suas diferentes expressões isso significa que há uma *contradição na lógica da valorização*. Quanto mais pretende acumular, mais o capital cai em contradição. Isso ocorre quando existem dificuldades, por exemplo, na obtenção de crédito<sup>42</sup> ou nos problemas de uma produção e de uma circulação que se encontram emperradas por diferentes motivos<sup>43</sup>. Em todos esses casos, o capital não se reproduz, ou seja, não se valoriza mais. De todas as formulações sobre a crise encontradas em *O capital* a mais conhecida é sua análise sobre "a lei da queda tendencial da taxa de lucro". Com o aumento da produtividade do trabalho conquistada pelo desenvolvimento da indústria moderna (com o avanço da maquinaria), tornou-se cada vez menor o uso do trabalho vivo, da força de trabalho empregada na produção. Se uma grande máquina, posta como capital constante, pode produzir muito mais do que alguns trabalhadores, passa a ser natural a utilização de tais máquinas em detrimento do emprego do trabalhador no processo produtivo. Mas a diminuição do emprego de mão-de-obra acarretaria diminuição da mais-valia adquirida pelo capitalista, mesmo que o aumento do capital constante também fizesse com que o capitalista produzisse mais e pudesse vender mais para obter lucro sem os gastos com o capital variável. Para Marx, "esse aumento progressivo do capital constante em relação ao variável deve, necessariamente, ter por consequência a *queda gradual na*

---

42. Idem, p. 457.

43. Idem, pp. 500-1.

*taxa de lucro*, desde que não varie a taxa de mais-valia ou o grau de exploração do trabalho pelo capital<sup>44</sup>. Note-se como Marx trata as determinações a partir das quais se colocam as possibilidades objetivas de transformação do capitalismo. É uma "lei" do modo de produção capitalista que o capital variável decresça enquanto se desenvolve progressivamente a produtividade social do trabalho. Essa lei poderia então implodir a partir de dentro a medida do valor ao não permitir que o capital se valorize? Trata-se de uma tendência de queda da taxa de lucro, embora frisada como "tendência real da produção capitalista"<sup>45</sup>: "A tendência gradual, para cair, da taxa geral de lucro é, portanto, apenas expressão, peculiar ao modo de produção capitalista, do progresso da produtividade social do trabalho"<sup>46</sup>. A crise e a contradição geradas são limites muito peculiares do capitalismo, mas que podem ter inclusive consequências revolucionárias<sup>47</sup>.

A diminuição da mais-valia, ao resultar do desenvolvimento da produtividade, tende a diminuir a taxa de lucro, ou seja, o capitalismo tende a limitar seu próprio processo de valorização ao engendrar a perda de medida que o mantém vivo. Segundo comentários de Jorge Grespan, "a desmedida expressa, assim, a contradição imanente ao capital em sua pretensão a rebaixar o trabalho vivo a momento do todo por ele formado e a impedir que o trabalho forme também uma totalidade (...) Conforme um dos lados desta relação, o capital mede sua valorização pela taxa de lucro, como se ele fosse, enquanto capital total, o criador de valor; conforme o outro lado, porém, sua pretensão se choca com a realidade de que apenas o trabalho vivo cria valor, e a medida da valorização pela taxa de mais-valia entra em oposição com a taxa de lucro"<sup>48</sup>. Podemos entender, contudo, que tal lei é necessária? E se for, não haveria em *O capital* um forte determinismo econômico? Ou haveria antes somente uma necessidade lógico-categorial, isto é, não real? Ainda segundo Grespan, a lei é produzida em função da contradição explicitada, ou seja, "advém da própria contradição em

---

44. Idem, p. 222.

45. Idem, *ibidem*.

46. Idem, p. 223.

47. Cf. Idem, p. 274.

48. Grespan, J. *O negativo do capital: O conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 213.

que são postos os seus termos<sup>49</sup>. Mas sendo uma lei tendencial, não teríamos de dar mais importância à noção de tendência sem a considerarmos como uma necessidade? Ora, Marx não deixa de apresentar fatores que são contrários à lei: aumento do grau de exploração do trabalho, redução dos salários, superpopulação relativa, entre outros. Se entendemos tal lei como uma "tendência inegável" – e se por tendência compreendemos possibilidades historicamente inscritas na realidade – , então voltamos ao mesmo problema. Vale dizer que certas passagens de Marx parecem ser inequívocas quanto a isso: "Isso não *pode* apenas acontecer. Isso *tem* de acontecer – se abstrairmos das flutuações temporárias – na base da produção capitalista"<sup>50</sup>.

O processo capitalista de produção é, ao mesmo tempo, um processo de acumulação. Assim, com a acumulação aumenta-se também a produtividade. Por ser um processo aparentemente contraditório, isso teria duas implicações: "Ao progredir o processo de produção e de acumulação, cresce *necessariamente* também a massa de trabalho excedente de que o capital se apropria e pode se apropriar, e, por conseguinte, a massa absoluta do lucro obtido pelo próprio capital da sociedade. Mas as mesmas leis da produção e da acumulação aumentam, além da massa, o valor do capital constante em progressão crescente, de maneira mais rápida que o capital variável, que se converte em trabalho vivo. As mesmas leis geram, para o capital da sociedade, crescimento absoluto da massa de lucro e taxa cadente de lucro"<sup>51</sup>. Mas não há nada de misterioso, podendo ser entendida sistemicamente: "Se as causas que fazem cair a taxa de lucro são as mesmas que favorecem a acumulação, isto é, a formação de capital adicional, e se cada capital adicional mobiliza trabalho adicional e produz mais-valia adicional; se, além disso, a simples queda da taxa de lucro envolve a circunstância de o capital constante ter crescido, e, por conseguinte, todo capital antigo, cessa de ser misterioso todo esse processo"<sup>52</sup>.

Para Grespan, a palavra tendência seria uma necessidade "relativa", ou seja, que precisa admitir condições externas para se relativizar: "A necessidade da queda da taxa de lucro, assim, não só não é absoluta, como também sequer relativamente pode ser mais do que a expres-

---

49. Idem, p. 215.

50. Marx, K. *Das Kapital*, Vol. 3, p. 228.

51. Idem, *ibidem*.

52. Idem, p. 234.

são de uma prioridade na ordem das determinações constitutivas do capital, que não garante nenhum resultado final e definitivo<sup>53</sup>. Parece inegável, entretanto, que o interesse de Marx seja analisar o caráter necessário de tal lei de modo a compreendê-lo sem o risco de intromissão de contingências históricas e políticas. Marx afirma no primeiro Prefácio de *O capital* que não se trata de estudar "o maior ou menor grau de desenvolvimento dos antagonismos sociais que surgem das leis naturais da produção capitalista. Trata-se dessa própria lei, dessas tendências que se impõem e operam com uma necessidade férrea"<sup>54</sup>. E, no segundo Prefácio, Marx sublinha ainda que a compreensão do movimento contraditório do sistema revela seu "necessário soterramento", o qual não é composto por uma série de pequenas crises periódicas com as quais a indústria moderna já se acostumou a conviver, mas com uma "crise geral"<sup>55</sup>. Sabemos que a crise só foi tratada por Marx como mera possibilidade, e não como algo realmente efetivo, quando foi apresentada ainda do ponto de vista da circulação simples de mercadoria. Comentando as contradições imanentes existentes nas oposições que as mercadorias assumem em suas formas, Marx diz que "essas formas incluem a possibilidade, mas somente a possibilidade, da crise. O desenvolvimento dessa possibilidade para a efetividade exige todo um conjunto de relações que ainda não podem existir do ponto de vista da circulação simples de mercadorias"<sup>56</sup>. Mas quando esse "conjunto de relações" é abordado ao final do livro, estamos diante do "jogo das leis imanentes da produção capitalista"<sup>57</sup>. Marx afirma claramente que "a produção capitalista engendra, com a necessidade de um processo natural, sua própria negação. É a negação da negação"<sup>58</sup>.

Por preocupar-se com uma fundamentação teórica objetiva, Marx pôde se colocar criticamente frente a diversas orientações políticas assumidas pelos revolucionários de seu tempo<sup>59</sup>. Voluntarismo políti-

---

53. Grespan, J. *O negativo do capital: O conceito de crise na crítica de Marx à economia política*, p. 224.

54. Marx, K. *Das Kapital*. Vol. 1, p. 12.

55. Idem, p. 28.

56. Idem, p. 128.

57. Idem, p. 790.

58. Idem, p. 791 (o grifo é nosso).

59. Cf. Draper, H. *Karl Marx's theory of revolution IV: Critique of other socialisms*. New York: Monthly Review Press, 1990.

co sem um diagnóstico adequado do capitalismo seria um equívoco, uma desconsideração da importância da unidade entre teoria e práxis para toda crítica social bem fundamentada. A desconsideração dessa unidade exigente ocorreria caso o proletariado industrial, por exemplo, lutasse por aumento de salário e não pela diminuição do tempo de trabalho. Apenas este segundo caso vincularia a perspectiva prático-política com as tendências objetivas de crise diagnosticadas por sua teoria em *O capital*, uma vez que Marx parte de critérios teoricamente bem fundamentados para diagnosticar o verdadeiro alcance do proletariado para a transformação revolucionária da sociedade.

É bem conhecida, contudo, a recepção do problema na tradição da teoria crítica marxista. Lukács finaliza seu mais conhecido estudo lembrando que a transformação revolucionária da sociedade, embora dependa de processos históricos, só pode ocorrer se for realizada pelo "ato – livre – do próprio proletariado"<sup>60</sup>. Mesmo essa grandiosa tentativa lukácsiana de unificação de teoria e práxis não pôde ser levada adiante por muito tempo<sup>61</sup>.

Permanece, assim, um desequilíbrio no processo emancipatório entre a necessidade das leis objetivas que fundamentam as tendências diagnosticadas e o papel aparentemente derivado da ação política. Práxis social, atividade produtiva e ação política ganharam o mesmo estatuto na chave de explicação produtivista como tentativa de solução para esse problema. No entanto, é difícil deixar de ver que a ação concebida como trabalho (e, por conseguinte, a ação interpretada privilegiadamente como práxis revolucionária dos próprios trabalhadores) pende a balança para uma supervalorização das estruturas objetivas da economia. Por essa razão, na história da recepção atual da teoria da emancipação de Marx, seu conceito do político precisou ser

---

60. Lukács, G. "Die Verdinglichung und das Bewußtsein des Proletariats". In: \_\_\_\_\_. *Geschichte und Klassenbewußtsein*. Werke, Band 2 (Frühschriften II). Neuwied und Berlin: Luchterhand, 1968, p. 397. Cf. Nobre, M. *Lukács e os limites da reificação*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

61. Cf. Habermas, J. *Theorie des kommunikativen Handelns*. Vol. 1. Frankfurt/M.: Suhrkamp, 1995, capítulo IV. Ver, também, Melo, R. "Teoria crítica e os sentidos da emancipação". *Cadernos CRH*, Salvador, v. 24, n. 62, 2011.

ampliado a ponto de considerar novas formas de dominação e de luta emancipatória não reduzidas à contradição entre capital e trabalho<sup>62</sup>.

### Referências Bibliográficas:

- ALBERS, F.- J. *Zum Begriff des Produzierens im Denken Von Karl Marx*. Mesenheim AM Glan: Anton Hain, 1975.
- BENHABIB, S. *Critique, norm and utopia: A study of the foundations of Critical Theory*. New York: Columbia University Press, 1986.
- BRUDNEY, D. *Marx's attempt to leave philosophy*. Cambridge/London: Harvard University Press, 1998.
- COHEN, G. *Karl Marx's theory of history. A defence*. Princeton: Princeton University Press, 2000.
- COHEN, J. *Class and civil society: The limits of marxian critical theory*. Massachussets: University of Massachussets Press, 1982.
- DRAPER, H. *Karl Marx's theory of revolution IV: Critique of other socialisms*. New York: Monthly Review Press, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Karl Marx's theory of revolution I: The state and bureaucracy*. New York: Monthly Review Press, 2007.
- ELSTER, J. *Making sense of Marx*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- ENGELS, F. "Vorrede [zur dritten Auflage (1885) 'Der achtzente Brumaire des Louis Bonaparte' von Karl Marx]". In: *Marx-Engels Werke*. Band 8. Berlin: Dietz Verlag, 1960.
- ENGELS, F./MARX, K. *Manifest der Kommunistischen Partei*. In: *Marx-Engels Werke*. Band 4. Berlin: Dietz Verlag, 1964.
- \_\_\_\_\_. *Deutsche Ideologie*. In: *Marx-Engels Werke*. Band 3. Berlin: Dietz Verlag, 1990.
- FAUSTO, R. "A apresentação marxista da história: modelos". In: FAUSTO, R. *Marx: Lógica e política*. Tomo III. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- FLEISCHER, H. *Marxismus und Geschichte*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1970.
- GIANNOTTI, J. A. *Origens da dialética do trabalho*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- GRESPLAN, J. *O negativo do capital: O conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- HABERMAS, J. *Theorie des kommunikativen Handels*. 2 Bände. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1995.

---

62. Cf. Melo, R. "A ampliação do conceito do político: Para uma outra recepção da teoria crítica de Marx". *Cadernos de Filosofia Alemã*, São Paulo, XIII, 2009.

- HARTMANN, K. *Die Marxsche Theorie*. Berlin: Walter de Gruyter & Co, 1970.
- LANGE, E. M. *Das Prinzip Arbeit*. Frankfurt/M: Ullstein, 1980.
- LOHMANN, G. "Gesellschaftskritik und normativer Maßstab. Überlegungen zu Marx". In: HONNETH, A./JAEGGI, U. (org.). *Arbeit, Handlung, Normativität*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1980.
- LÖWY, M. *A teoria da revolução no jovem Marx*. Tradução de Anderson Gonçalves. Petrópolis: Vozes, 2002.
- LUKÁCS, G. "Die Verdinglichung und das Bewußtsein des Proletariats". In: *Geschichte und Klassenbewußtsein. Werke, Band 2 (Frühschriften II)*. Neuwied und Berlin: Luchterhand, 1968.
- MARX, K. *Das Kapital*. Vol. 1. In: *Marx-Engels Werke*. Band 23. Berlin: Dietz Verlag, 1962.
- \_\_\_\_\_. "Thesen über Feuerbach". In: *Marx-Engels Werke*. Band 3. Berlin: Dietz Verlag, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie*. In: *Marx-Engels Werke*, Band 42. Berlin: Dietz Verlag, 2005.
- MELO, R. "A ampliação do conceito do político: Para uma outra recepção da teoria crítica de Marx". *Cadernos de Filosofia Alemã*, São Paulo, XIII, 2009.
- \_\_\_\_\_. "Crítica e contradição: Qual herança marxista?". *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, 90, 2011.
- \_\_\_\_\_. "Teoria crítica e os sentidos da emancipação". *Cadernos CRH*, Salvador, v. 24, n. 62, 2011.
- MEYER, T. *Der Zwiespalt in der Marx'schen Emanzipationstheorie: Studie zur Rolle des proletarischen Subjekts*. Kronberg, 1973.
- NOBRE, M. *Lukács e os limites da reificação*. São Paulo: Ed. 34, 2001.
- RÖTTGERS, K. *Kritik und Praxis: Zur Geschichte der Kritikbegriffs Von Kant bis Marx*. Berlin: Walter de Gruyter & Co, 1975.
- RUNDELL, J. *Origins of modernity: The origins of modern social theory from Kant to Hegel to Marx*. Cambridge: Polity Press, 1987.